

PROGRAMA DA DISCIPLINA/DO CAMPO DE CONHECIMENTO

CÓDIGO	DISCIPLINA/CAMPO DE CONHECIMENTO	NATUREZA	ANO
CON 027	Contabilidade Tributária	Obrigatória	2019

CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
60 horas	

PROFESSOR RESPONSÁVEL
Nailton Alicio de Santana

EMENTA
<p>Escrituração mercantil e auxiliar. Interferência da legislação nos princípios contábeis. Controle da apuração e quitação dos principais tributos e contribuições. Planejamento tributário: economia de tributos, evasão e sonegação. Escrituração fiscal. Livros e documentos fiscais. Regime de competência e de caixa. Regime mensal e anual de apuração dos resultados. Modalidades de tributação. Regime de apuração do Imposto de Renda. Tributos e contribuições incidentes sobre a receita bruta. Tributos integrantes do faturamento. Tributos incidentes nas compras. Devoluções, acréscimos, abatimentos. Lucro contábil e lucro real. Escrituração do LALUR.</p>

OBJETIVO GERAL
<p>Capacitar o estudante de Ciências Contábeis para a interpretação da legislação tributária, apuração e contabilização dos principais impostos e contribuições de competência da união estados e municípios.</p>

OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aprofundar o conhecimento do Sistema Tributário Nacional. ✓ Discutir e aprofundar os conhecimentos da legislação tributária, principalmente em relação aos tributos indiretos. ✓ Demonstrar de forma prática os assuntos relacionados com a área de tributação, no âmbito dos impostos diretos e indiretos, destacando a necessidade de acompanhamento das legislações correspondentes. ✓ Discutir a partir do conhecimento do sistema tributário nacional, a tributação incidente sobre a receita, sobre o patrimônio e sobre o lucro, permitindo um conhecimento mais aprofundado dos respectivos impostos ou contribuições.

METODOLOGIA

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Leitura de livros e textos legais.
- Grupos de discussão.
- Trabalhos e estudos dirigidos, individuais ou em grupos, relacionados ao conhecimento prático de apuração e recolhimento dos impostos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO

Conceito de Contabilidade Tributária
Conceito, histórico e tipos de tributos
Renúncia Fiscal, Elisão, Evasão/Sonegação – Responsabilidade Civil/Criminal
Estrutura para Gestão e Planejamento Tributário
Tributos sobre o Faturamento, Lucro/Rendimentos, Propriedade

2 ICMS

Incidência
Base de Cálculo
Alíquotas
Não-Cumulatividade
Substituição/Antecipação Tributária
Classificação Fiscal
Contabilização e Obrigações Acessórias

3 PIS e COFINS

Regime Cumulativo
Regime Não-Cumulativo
Apuração e pagamento
Contabilização e Obrigações Acessórias

4 IMPOSTOS SOBRE O LUCRO (IRPJ E CSLL)

LUCRO PRESUMIDO
LUCRO REAL
Contabilização e Obrigações Acessórias

5 SIMPLES NACIONAL

Conceito de Micro e Pequena Empresa
Impedimentos de Opção (Vedações)
Alíquotas - Tabelas
Antecipação Tributária do ICMS e Tributação Monofásica de PIS e COFINS
Metodologia de Apuração
Contabilização e Obrigações Acessórias

AVALIAÇÃO

1ª UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Avaliação escrita individual	10,0
Total	10,0

2ª UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Exercícios avaliativos individuais ou Avaliação escrita individual	5,0
Atividade prática em dupla	5,0
Total	10,0

3ª UNIDADE

Atividades	Nota máxima da atividade
Atividade prática em dupla	5,0
Avaliação escrita individual.	5,0
Total	10,0

REFERÊNCIA BÁSICA

FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade Tributaria. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins. et al. Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez ; OLIVEIRA, Luís Martins de , ET AL MANUAL DE CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA: Textos e Testes com as Respostas. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BORGES, Humberto Bonavides; Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2010

BAHIA, Lei 7.014, de 04 de Dezembro de 1996, Trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências. Disponível em: <www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2013.

BAHIA, Decreto 13.780, de 16 de Março de 2012, Regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. Disponível em: <www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2013

BRASIL. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2010

BRASIL. Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2010

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.ºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2010

BRASIL. Lei n. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2010.

BRASIL. Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Altera a Legislação Tributária Federal

e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 25 jan. 2010

EDITORA SARAIVA. Código Tributário Nacional. Mini. São Paulo: Saraiva, 2005

PERIÓDICOS

RIC - Revista de Informação Contábil, Recife/PE: Universidade Federal de Pernambuco
Disponível em <http://www.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis>

RBC – Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília-DF: Conselho Federal de
Contabilidade – CFC

BOLETIM ELETRÔNICO DO CRC-BA, Salvador, Bahia: Conselho Regional de
Contabilidade, disponível em <http://www.crcba.org.br/index.php?pg=boletim/index.htm>

BOLETIM TRIBUTÁRIO E FISCAL, Curitiba-PR: Portal Tributário, disponível em
<http://www.portaltributario.com.br/>